

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, pelas dezoito e trinta horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse dos representantes da comunidade local
2. Eleição do presidente do Conselho Geral
3. Aprovação do Plano Anual de Atividades
4. Apreciação do Relatório do Sucesso Académico (2016-2017)
5. Aprovação da planificação das AEC (Portaria nº 644-A/2015)
6. Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento (2018)

Antes da ordem do dia, o presidente do conselho geral informou que o CITEVE, uma das instituições cooptadas como representantes da comunidade local, declinou o convite, justificando com a indisponibilidade de pessoal para o exercício dessa função. Assim, o conselho geral decidiu cooptar a ACIP, a quem será dirigido o convite. João Carvalho, representante dos Encarregados de Educação, lamentou a falha na informação aos pais relativamente ao facto de, neste ano letivo, as aulas do primeiro ciclo começarem às oito horas e trinta minutos.

Concretizando o primeiro ponto da ordem de trabalhos, tomaram posse como representantes da comunidade local a Fundação Cupertino de Miranda, na pessoa de Armandina Silva, e o CNE – Escutismo (Famalicão), na pessoa de Ana Isabel Novais.

No âmbito do ponto dois da ordem de trabalhos, o conselho geral entendeu que, não estando o órgão plenamente constituído, não seria legítimo proceder à eleição do presidente. Assim, decidiu-se, por unanimidade, adiar esse ato para a próxima reunião, depois da tomada de posse do terceiro representante da comunidade local.

No ponto três da ordem de trabalhos, o conselho geral aprovou por unanimidade o Plano Anual de Atividades. Marco Magalhães, representante do Município, sugeriu que, na parte final, o documento deveria conter referência ao Apoio à Família, no âmbito do Pré-Escolar. A componente de apoio à família faz parte integrante do Plano Anual de Atividades. Leonel

Rocha, representante do Município, realçou a importância de as atividades planificadas estarem devidamente enquadradas e articuladas com o Projeto Educativo. João Carvalho, representante dos Encarregados de Educação, considerou que o documento deveria ser mais específico na referência aos destinatários de algumas atividades.

No âmbito do ponto quatro, o conselho geral procedeu à apreciação do sucesso académico. João Carvalho realçou que a taxa de sucesso da disciplina de Matemática vai descendo ao longo da escolaridade. O diretor do agrupamento sublinhou que as taxas de sucesso, de um modo geral, aproximam-se dos valores de referência estabelecidos pelo agrupamento. Jorge Carvalho, representante dos docentes, ressaltou o facto de as taxas de sucesso a nível da avaliação externa serem superiores às médias nacionais, principalmente a Matemática e a Português, a nível do terceiro ciclo. O diretor do agrupamento salientou as elevadas taxas de conclusão dos cursos profissionais, bem como os elevados índices de empregabilidade.

No ponto cinco, o conselho geral aprovou por unanimidade as planificações das AEC. Questionado por João Carvalho, representante dos Encarregados de Educação, acerca da ausência de planificação de Educação Musical, o diretor do agrupamento explicou que tal se deve ao facto de essa atividade ser dinamizada pelo CCM, não como AEC, em consequência do período diário de aulas definido pelo Ministério da Educação. João Carvalho lamentou que na planificação de Educação Física conste a modalidade de ténis de mesa, quando não existem mesas em alguns estabelecimentos. Leonel Rocha realçou que as planificações são elaboradas e assumidas pelas escolas e não individualmente, e têm estar de acordo com o Projeto Educativo. Alertou ainda para a conveniência de as planificações das AEC serem aprovadas mais cedo.

No último ponto da ordem de trabalhos, o conselho geral definiu as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento (ano dois mil e dezoito). Assim, na elaboração do orçamento e na sua execução devem sempre prevalecer as opções de natureza pedagógica sobre as opções de natureza administrativa, destacando-se como prioritários os seguintes domínios: sustentação de condições de apoio que garantam o apoio educativo dos alunos; manutenção, modernização e requalificação dos recursos educativos, técnicos e informáticos; manutenção, prevenção e segurança dos espaços e equipamentos. Na projeção das receitas/despesas, a elaboração do orçamento deverá envolver os contributos dos diversos atores com funções de coordenação das diferentes atividades. Na elaboração do orçamento, a afetação de meios orçamentais às atividades e serviços deve ter em linha de conta a dimensão e o número de participantes nas

atividades e serviços. A elaboração do orçamento deve responder às necessidades financeiras das atividades propostas nos planos plurianuais e anuais de atividades.

Presidente da reunião: João Paulo Braga C. Silva

Secretário: Sara Brito